

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná



gazetadoparana.com.br



Publicidade Legal

Edição 11.143 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R\$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

SÁBADO // 3.10.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

Seed terá que explicar licitação de R\$ 46,4 mi revelada pela GP

●TCE exige documentos sobre preços e demanda por até 160 equipamentos; pontos já haviam sido levantados pela Gazeta do Paraná

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) determinou que a Secretaria de Estado da Educação (Seed) explique como chegou aos preços, quantitativos e à própria necessidade de uma contratação de até R\$ 46,44 milhões para implantação do chamado “Mural Digital”. A licitação foi revelada pela Gazeta

DADOS

●Outro ponto destacado pela Gazeta estava justamente na pesquisa utilizada para formar os preços. Os documentos registravam coeficiente de variação médio de 156,07% entre os valores pesquisados

●A licitação foi revelada pela Gazeta do Paraná na reportagem sobre o “Mural Digital”, publicada no dia 24 de setembro

do Paraná em reportagem publicada no dia 24 de setembro, que já havia chamado atenção para pontos que agora estão formalmente na mira do órgão de controle. O despacho é do conselheiro Maurício Requião e. A Seed terá cinco dias para apresentar uma extensa relação de documentos e responder

individualmente aos questionamentos. A contratação prevê a locação, por até 36 meses, de uma rede de painéis e telas de LED, acompanhada de software para gerenciamento remoto, instalação, manutenção, suporte e logística. O valor global estimado chega a R\$ 46.440.425,70. Público ● P.3

Sandro Alex e Rangel: das rádios para as urnas



Redes Sociais

●Antes de Sandro Alex chegar ao primeiro escalão do Governo do Paraná e lançar sua candidatura ao Palácio Iguaçu, a família Oliveira já havia construído em Ponta Grossa uma história em que rádio, negócios e política caminham lado a lado. Uma varredura da Gazeta do Paraná acrescenta outras peças a esse percurso: emissoras relacionadas a integrantes da família aparecem em registros de publicidade oficial, empresas e familiares figuram em processos

judiciais e uma dívida de IPTU vinculada ao imóvel onde funciona a Rádio Mundi acabou no centro de uma batalha eleitoral. A investigação documental encontrou Rádio Mundi, Rádio Central do Paraná e Rádio Lagoa Dourada em diferentes capítulos dessa história. Os registros atravessam décadas e envolvem principalmente Nilson Paulino de Oliveira, pai de Sandro Alex e Marcelo Rangel, mas alcançam também outros integrantes da família. Público ● P.2



Depois de dois amistosos contra a Austrália, Ancelotti faz mais mudanças na equipe Rafael Ribeiro/CBF

MOLEZA?

Seleção Brasileira faz o terceiro amistoso nesta Data Fifa e enfrenta a Índia neste sábado, em Calcutá

Esportes ● Pág.5

ANTONELLI QUER FICAR PERTO DO TÍTULO NA F1

Esportes ● Pág.6

FINAL DO BRASILEIRO FEMININO SERÁ HOJE

Esportes ● Pág.6

LNF: TIMES DO PR BUSCAM VAGA NAS QUARTAS

Esportes ● Pág.6

MARINGÁ PODE SUBIR PARA A SÉRIE B HOJE

Esportes ● Pág.6

RMC TCE-PR libera licitação de R\$ 94,3 milhões para BRT

O TCE-PR decidiu permitir o prosseguimento da licitação para as obras do Lote 3 do Eixo BRT Leste-Oeste de Curitiba. O contrato tem valor estimado em R\$ 94,3 milhões e prevê a implantação de um corredor de transporte coletivo entre a Praça Rui Barbosa, no Centro da capital, e o município de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Público ● P.3



Divulgação



Divulgação/Assessoria

Câncer de mama Outubro Rosa reforça a importância da prevenção

O mês de outubro ganha uma nova tonalidade para lembrar uma questão que permanece entre os principais desafios da saúde pública: o câncer de mama. O Outubro Rosa surgiu como um movimento de conscientização sobre a doença e, ao longo dos anos, passou a reunir ações de informação, prevenção, diagnóstico e incentivo ao acesso aos serviços de saúde. Mais+ ● P.13

Público

Família de Sandro Alex Documentos levantados pela Gazeta mostram integrantes dos Oliveira ligados a diferentes emissoras, registros de publicidade institucional e ações judiciais

Rádios, publicidade oficial, processos e dívida de IPTU na Justiça Eleitoral

A família reúne ainda imóveis cujo passivo tributário entrou na campanha de 2024 e provocou uma batalha nos tribunais

DA REDAÇÃO
Cascavel

•Antes de Sandro Alex chegar ao primeiro escalão do Governo do Paraná e lançar sua candidatura ao Palácio Iguaçu, a família Oliveira já havia construído em Ponta Grossa uma história em que rádio, negócios e política caminham lado a lado. Uma varredura da Gazeta do Paraná acrescenta outras peças a esse percurso: emissoras relacionadas a integrantes da família aparecem em registros de publicidade oficial, empresas e familiares figuram em processos judiciais e uma dívida de IPTU vinculada ao imóvel onde funciona a Rádio Mundi acabou no centro de uma batalha eleitoral.

A investigação documental encontrou Rádio Mundi, Rádio Central do Paraná e Rádio Lagoa Dourada em diferentes capítulos dessa história. Os registros atravessam décadas e envolvem principalmente Nilson Paulino de Oliveira, pai de Sandro Alex e Marcelo Rangel, mas alcançam também outros integrantes da família.

O ponto de encontro entre essas histórias é a comunicação. Foi no rádio que os irmãos ganharam projeção antes de consolidarem suas carreiras eleitorais. Depois, Marcelo chegou à Assembleia Legislativa e governou Ponta Grossa por dois mandatos, enquanto Sandro alcançou a Câmara dos Deputados, passou pelo primeiro escalão do Governo Ratinho Junior e agora disputa o comando do Paraná.

A ascensão política dos irmãos não encerrou a história empresarial da família no setor. Os documentos mostram que emissoras continuaram aparecendo em registros societários, processos judiciais e publicidade institucional. Em 2024, a Mundi voltaria ao centro da disputa política quando Elizabeth Schmidt foi pessoalmente à frente da rádio para expor débitos tributários relacionados ao imóvel.

A Mundi e os Oliveira

A Rádio Mundi é a face mais conhecida dessa história. Foi no ambiente da comunicação que Sandro e Marcelo ganharam exposição pública antes da consolidação de suas carreiras políticas, mas os documentos encontrados pela **Gazeta** mostram que a relação dos Oliveira com a empresa ultrapassa a passagem dos irmãos pelos microfones.

Uma pesquisa em registros judiciais encontrou processos nos quais a Rádio Mundi Paraná Ltda. aparece ao lado de diferentes integrantes da família. Em ação ajuizada pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, o Ecad, em 2021, por exemplo, aparecem no polo passivo Giovanna Paola Cruz de Oliveira, irmã de Sandro e Marcelo, Maria Luíza da Conceição Cruz de Oliveira e a própria Rádio Mundi.

Em outro processo envolvendo direitos autorais, distribuído em 2012, a Rádio Mundi aparece representada por Nilson Paulino de Oliveira, juntamente com Maria Luíza. Já em execução de título extrajudicial distribuída em 2016, novamente aparecem Nilson, Maria Luíza e a emissora. Marcelo Rangel Cruz de Oliveira também surge ao lado da Mundi em registro de cumprimento



Marcelo Rangel, Sandro Alex e a rádio da família Reprodução redes sociais

de sentença localizado durante a apuração.

Os processos possuem objetos e desfechos diferentes, portanto a presença de alguém em uma ação não significa necessariamente condenação ou reconhecimento de irregularidade. O que o conjunto permite estabelecer documentalmente é a extensão da relação familiar com a empresa ao longo dos anos.

Não era só a Mundi

Quando a pesquisa é ampliada, a história dos Oliveira no rádio deixa de caber em uma única frequência. Outra empresa que aparece na documentação é a Rádio Central do Paraná Ltda. A relação de Nilson com a Central tem raízes antigas. Documentos relacionados à empresa registram aquisição de quotas sociais em hasta pública em 2005, no contexto de processo de insolvência civil. A situação posteriormente provocou discussões administrativas e tributárias relacionadas ao reconhecimento dos administradores da empresa. Em registros empresariais mais recentes, Nilson aparece como sócio-administrador da Rádio Central. Em determinados processos localizados durante a apuração, Central e Mundi também aparecem no mesmo universo de disputas judiciais.

A terceira ponta desse mapa é a Rádio Lagoa Dourada Ltda.. Documentos judiciais antigos já relacionavam Nilson à operação comercial da emissora, enquanto registros empresariais posteriores mostram outros integrantes da família em sua estrutura societária e administrativa.

Como as composições societárias mudam com o tempo, a **Gazeta** considera a situação correspondente a cada período e não atribui automaticamente aos atuais integrantes relações empresariais pertencentes ao passado. O que a sequência do-

cumental mostra é que a presença dos Oliveira na radiodifusão de Ponta Grossa foi mais ampla do que apenas a Rádio Mundi.

Dos microfones para as urnas

É nesse ponto que a história empresarial se encontra com a política. Sandro Alex e Marcelo Rangel chegaram às urnas depois de já terem construído exposição pública na comunicação, transformando posteriormente essa projeção em carreiras eleitorais de longa duração. Marcelo tornou-se deputado estadual e depois comandou Ponta Grossa por dois mandatos. Sandro chegou à Câmara dos Deputados, ocupou a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná durante o governo Ratinho Junior e, em 2026, disputa o Governo do Estado.

Não há irregularidade em comunicadores ingressarem na política, assim como a participação de familiares em empresas de radiodifusão é uma atividade de privada lícita. A cronologia, porém, ajuda a compreender a construção do grupo político: o rádio veio antes das urnas e permaneceu presente na história da família depois que os irmãos chegaram ao poder.

Publicidade oficial

A relação das emissoras com o poder público não ficou restrita à cobertura política. A varredura da **Gazeta** encontrou empresas de comunicação relacionadas à família Oliveira em registros de publicidade institucional de órgãos e empresas públicas em diferentes períodos.

A presença de uma rádio em campanhas financiadas pelo poder público não significa, por si só, favorecimento. A distribuição de publicidade institucional entre veículos de comunicação é prática regular e uma eventual conclusão sobre tratamento

privilegiado exigiria comparar planos de mídia, audiência, abrangência, valores, critérios técnicos e pagamentos feitos aos demais veículos. Ainda assim, os registros acrescentam uma nova camada à história empresarial. Enquanto integrantes da família avançavam na política, emissoras relacionadas aos Oliveira também figuravam entre veículos utilizados para campanhas institucionais financiadas com recursos públicos. Por isso, a Gazeta trata os pagamentos como aquilo que os documentos permitem afirmar: publicidade oficial destinada a empresas de comunicação relacionadas à família, sem atribuir irregularidade sem elementos que a comprovem.

A rádio voltou para o centro da eleição

Em 2024, essa história ganhou um capítulo que reuniu rádio, família, política e tributos em uma mesma disputa. Durante a campanha pela Prefeitura de Ponta Grossa, Elizabeth Schmidt foi pessoalmente à frente da Rádio Mundi e gravou um vídeo falando sobre débitos tributários relacionados ao imóvel onde funciona a emissora. A reação

do grupo adversário não ficou restrita à campanha. Marcelo Rangel levou a discussão à Justiça Eleitoral, sustentando posteriormente que Elizabeth teria utilizado a condição de prefeita para obter informações fiscais que não estariam disponíveis ao cidadão comum.

A controvérsia integrou a Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0600522-40.2024.6.16.0015, distribuída em dezembro daquele ano. Entre as acusações apresentadas estava justamente o uso da informação sobre uma dívida fiscal de aproximadamente R\$ 18 mil referente ao IPTU do imóvel da Rádio Mundi.

A tentativa de demonstrar que Elizabeth havia utilizado informações privilegiadas, entretanto, acabou levando para dentro do processo documentos que mostravam como os dados podiam ser encontrados.

Consulta pública

A defesa sustentou que as informações utilizadas por Elizabeth estavam disponíveis publicamente e apresentou documentos para demonstrar o caminho de consulta. A própria decisão judicial registra que a legislação tributária municipal determinava a publicidade da relação de contribuintes inscritos em dívida ativa.

O processo também registrou que a discussão sobre os débitos não havia surgido durante aquela campanha. A defesa apresentou referências a reportagens anteriores e outros documentos para demonstrar que a situação tributária já havia sido tratada publicamente.

O Ministério Público Eleitoral também analisou o caminho utilizado para chegar às informações. Entre os documentos apresentados estava uma gravação de tela demonstrando a possibilidade de consulta pelo portal oficial da Prefeitura de Ponta Grossa a

partir dos dados de Nilson Paulino de Oliveira, pai de Sandro Alex e Marcelo Rangel. A tese de que a prefeita havia utilizado informação fiscal obtida de maneira privilegiada não prevaleceu naquela AIJE. Em fevereiro de 2025, a ação foi julgada improcedente, sem reconhecimento do abuso de poder político alegado pelos autores.

Dívida

A decisão judicial resolveu a discussão eleitoral daquele processo, mas não encerrou a história tributária que havia levado Elizabeth à porta da Rádio Mundi. Os autos preservaram documentos e informações que permitem identificar os cadastros envolvidos e reconstruir parte da situação existente em 2024. Entre eles está o cadastro imobiliário 37351, relacionado a Nilson Paulino de Oliveira e ao endereço utilizado pela emissora. É justamente a existência dessa documentação histórica que permite agora comparar o que aparecia no sistema durante a eleição com o que consta nos registros públicos dois anos depois.

A **Gazeta do Paraná** refez a consulta em setembro de 2026 e encontrou novamente os cadastros vinculados a Nilson. A situação atual, porém, não reproduz simplesmente os mesmos valores que protagonizaram a eleição passada. A reportagem decidiu separar essa apuração porque a ausência de determinado débito numa consulta atual não significa automaticamente que ele tenha sido pago. Uma dívida tributária pode ser parcelada, ter sua exigibilidade suspensa, ser baixada, cancelada ou sofrer outras alterações administrativas e judiciais. A pergunta, portanto, mudou. Se os aproximadamente R\$ 18 mil existiam quando a controvérsia chegou à Justiça Eleitoral, o que aconteceu com eles depois?

EM NÚMEROS

18

Entre as acusações apresentadas estava justamente o uso da informação sobre uma dívida fiscal de aproximadamente R\$ 18 mil referente ao IPTU do imóvel da Rádio Mundi

TCE-PR Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) exige documentos sobre preços, demanda por até 160 equipamentos e 30 mil km de deslocamentos; pontos já haviam sido levantados pela Gazeta

Seed terá que explicar licitação de R\$ 46,4 milhões revelada pela GP

A licitação foi revelada pela Gazeta do Paraná na reportagem sobre o “Mural Digital”, publicada no dia 24 de setembro, que já havia chamado atenção para pontos que agora estão formalmente na mira do órgão de controle

DA REDAÇÃO
Cascavel

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) determinou que a Secretaria de Estado da Educação (Seed) explique como chegou aos preços, quantitativos e à própria necessidade de uma contratação de até R\$ 46,44 milhões para implantação do chamado “Mural Digital”. A licitação foi revelada pela Gazeta do Paraná em reportagem publicada no dia 24 de setembro, que já havia chamado atenção para pontos que agora estão formalmente na mira do órgão de controle.

O despacho é do conselheiro Maurício Requião e foi proferido no processo nº 571293/26, aberto a partir de representação apresentada pelo advogado Jorge Augusto Derviche Casagrande. A Seed terá cinco dias para apresentar uma extensa relação de documentos e responder individualmente aos questionamentos. O pregão, até o momento, continua previsto para 7 de outubro, às 10 horas.

A contratação prevê a locação, por até 36 meses, de uma rede de painéis e telas de LED, acompanhada de software para gerenciamento remoto, instalação, manutenção, suporte e logística. O valor global estimado chega a R\$ 46.440.425,70. Por se tratar de um Sistema de Registro de Preços, o montante representa o limite potencial da contratação e não significa que todo o valor será necessariamente gasto.

Gazeta

Na reportagem publicada em 24 de setembro, a Gazeta mostrou que o projeto previa uma implantação inicial limitada, mas deixava aberta a possibilidade de expansão para outros locais. A documentação da licitação também reservava nada menos que 30 mil quilômetros para deslocamentos relacionados à instalação dos equipamentos.

Outro ponto destacado pela Gazeta estava justamente na pesquisa utilizada para formar os preços. Os documentos registra-



Roni Miranda, secretário de Educação AEN

vam coeficiente de variação médio de 156,07% entre os valores pesquisados. O próprio Termo de Referência estabelecia que, quando esse índice ultrapassasse 25%, a mediana deveria ser utilizada diante da existência de valores extremos. Apesar disso, a documentação registrava a utilização da média para chegar aos preços estimados. Agora, os dois pontos estão expressamente entre as explicações cobradas pelo Tribunal de Contas.

160 equipamentos

No despacho, o TCE observa que o Termo de Referência indica implantação inicial em apenas 11 pontos, localizados em sete municípios. Ao mesmo tempo, o registro de preços contempla até 160 equipamentos e uma estimativa de 30 mil quilômetros de deslocamento. O Tribunal quer saber como a Seed chegou a esses números.

A Secretaria terá de entregar a memória de cálculo utilizada para definir os quantitativos máximos, explicar a metodologia adotada, apresentar as projeções de demanda e demonstrar quais estudos sustentaram a previsão de até 160 equipamentos.

Também deverá explicar por que uma contratação cuja im-

plantação inicial está concentrada em 11 pontos alcançou quantitativos significativamente superiores na ata de registro de preços. Sobre os 30 mil quilômetros, o TCE quer as premissas utilizadas no cálculo e a relação entre a quilometragem prevista e os locais que efetivamente poderão receber os equipamentos. A Corte ainda determinou que a Seed detalhe quais equipamentos serão instalados em cada um dos 11 pontos iniciais, quanto essa primeira etapa custará e qual percentual ela representa diante do valor global de R\$ 46,44 milhões.

TCE questiona cálculo

A metodologia utilizada para formar o orçamento recebeu atenção específica no despacho. A Seed terá de explicar por que adotou a média dos preços diante de um coeficiente de variação de 156,07%, quando o próprio Termo de Referência previa utilização da mediana para coeficientes superiores a 25%. O Tribunal não quer apenas uma justificativa. Determinou a apresentação dos documentos que embasaram a metodologia, além do mapa de preços, das cotações e respostas obtidas junto aos fornecedores e das pesquisas realizadas em outras bases.

Na primeira reportagem sobre

o caso, a Gazeta já havia destacado que a própria Administração relatava dificuldades para localizar contratações semelhantes e que a dispersão dos preços utilizados na pesquisa chamava atenção.

Na ocasião, a Seed afirmou à Gazeta que a pesquisa de preços havia observado os procedimentos previstos na legislação vigente e que a opção pela locação decorreria de análise técnica, operacional e econômica constante do Estudo Técnico Preliminar. Agora, esse estudo também terá de ser entregue ao TCE.

Painéis

A diligência vai além da formação do preço. Maurício Requião determinou que a Secretaria demonstre a própria necessidade da contratação. A Seed deverá apresentar estudos, diagnósticos, levantamentos ou indicadores que demonstrem por que os canais de comunicação atualmente utilizados são insuficientes. Terá ainda de indicar quais problemas concretos pretende solucionar com os murais, quais resultados mensuráveis espera alcançar e quais metas ou indicadores foram estabelecidos.

O Tribunal também quer saber quais alternativas tecnológicas

ou operacionais foram avaliadas antes da escolha dos painéis e se houve comparação entre custos e benefícios das diferentes possibilidades. Outro questionamento atinge diretamente a projeção de expansão. A Secretaria terá de informar se a previsão de até 160 equipamentos nasceu de solicitações formais de escolas, Núcleos Regionais de Educação, Fundepar ou outros órgãos, ou se está vinculada a algum programa governamental, planejamento institucional ou previsão orçamentária específica. Caso existam documentos que sustentem essa demanda, eles deverão ser apresentados.

Processo restrito

Quando revelou a contratação, a Gazeta também mostrou que o processo administrativo nº 24.431.980-7, que sustenta a licitação, aparecia no eProtocolo estadual classificado como de acesso restrito. A condição dificultava o acesso público a documentos da fase preparatória e às cotações que ajudaram a formar o orçamento. Agora, o TCE determinou justamente a apresentação da íntegra desse processo administrativo. Entre os documentos exigidos estão o Estudo Técnico Preliminar, mapa de preços, co-

EM NÚMEROS

36

A contratação prevê a locação, por até 36 meses, de uma rede de painéis e telas de LED, acompanhada de software para gerenciamento remoto, instalação, manutenção, suporte e logística. O valor global estimado chega a R\$ 46.440.425,70

tações de fornecedores, memórias de cálculo, pesquisas realizadas em outras bases, parecer jurídico e justificativas técnicas e econômicas para a adoção de lote único e para a proibição da participação de consórcios.

Furto e vandalismo

O despacho também cobra informações sobre quem ficará com o prejuízo caso os equipamentos sejam furtados, roubados, vandalizados ou danificados por intempéries, terceiros ou utilização inadequada. A Secretaria deverá informar quem suportará os custos de reparação ou substituição e se a contratação prevê seguro, matriz de riscos ou algum outro mecanismo de cobertura. A exigência ganha relevância porque os equipamentos permanecerão instalados em diferentes pontos durante contratos que poderão alcançar 36 meses.

TCE exige resposta ponto a ponto

A determinação de Maurício Requião estabelece que a Secretaria responda seguindo exatamente a ordem dos questionamentos formulados pelo Tribunal, indicando em quais peças e páginas estão os documentos que comprovam cada justificativa apresentada. Se algum documento ou informação solicitado não existir, a Seed deverá declarar expressamente a inexistência e explicar o motivo. O TCE ainda não decidiu sobre o pedido de suspensão da licitação. O relator considerou que as questões levantadas são relevantes para o controle externo, mas entendeu que precisa das informações da Secretaria antes de decidir tanto sobre o recebimento da representação quanto sobre a medida cautelar. Com isso, ao menos por enquanto, permanece marcada para 7 de outubro a disputa do pregão que pode chegar a R\$ 46,44 milhões.

TCE-PR libera licitação de R\$ 94,3 milhões para BRT entre Curitiba e Pinhais

Tribunal de Contas derrubou suspensão cautelar que havia interrompido a Concorrência Eletrônica 21/2026; mérito da representação ainda será analisado

Eliane Alexandrino
Com TCE-PR

●O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) decidiu, por maioria de votos, permitir o prosseguimento da licitação para as obras do Lote 3 do Eixo BRT Leste-Oeste de Curitiba. O contrato tem valor máximo estimado em R\$ 94,3 milhões e prevê a implantação de um corredor de transporte coletivo entre a Praça Rui Barbosa, no Centro da capital, e o município de Pinhais, na Região Metropolitana,

A decisão do Tribunal de Contas revogou, na prática, os efeitos da medida cautelar concedida em 14 de julho pelo conselheiro Maurício Requião, que havia determinado a suspensão da Concorrência Eletrônica nº 21/2026. Com a nova decisão, a Prefeitura de Curitiba está autorizada a dar

continuidade ao certame.

A análise ocorreu a partir de uma Representação da Lei de Licitações apresentada pela Coordenadoria de Obras Públicas (COP) do próprio TCE-PR. A unidade técnica questionou a classificação adotada pelo município para o empreendimento como uma obra comum de engenharia.

Segundo a COP, a complexidade do projeto, que envolve diferentes sistemas, soluções construtivas e infraestrutura urbana de grande porte, poderia caracterizar a contratação como uma obra especial de engenharia. Nesse caso, conforme a Lei nº 14.133/2021, o prazo mínimo para apresentação das propostas seria de 25 dias úteis.

O edital da Prefeitura de Curitiba, porém, estabeleceu prazo de 10 dias úteis para a apresentação das propostas, período previsto para obras comuns de engenharia. Para os técnicos do Tribunal, a combinação entre a complexidade do empreendimento e o prazo reduzido poderia limitar a participação de empresas e comprometer a

competitividade da disputa.

Ao analisar a questão, o novo relator da representação, conselheiro Ivan Bonilha, apresentou voto divergente pela não homologação da cautelar. Ele considerou que, neste momento, não existem elementos suficientes para manter a paralisação do processo licitatório.

Bonilha destacou que a legislação não estabelece critérios objetivos para definir quando uma obra de engenharia deve ser considerada comum ou especial. O relator também levou em consideração documentos apresentados pela Prefeitura de Curitiba, que apontam a existência de projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, quantitativos e planilhas de custos para detalhar os serviços previstos na contratação.

Outro ponto considerado foi o resultado da própria licitação. De acordo com as informações apresentadas pela defesa do município, 3 empresas participaram da disputa, com efetiva apresentação de lances. O procedimento resultou em des-



Licitação de R\$ 94,3 milhões para BRT Curitiba-Pinhais é liberada pelo TCE-PR Divulgação

conto de 7,40% sobre o valor estimado inicialmente.

Economia

A redução representa uma economia próxima de R\$ 7 milhões em relação ao valor máximo previsto para a contratação. Na avaliação do relator, embora os questionamentos apresentados pela Coordenadoria de Obras Públicas devam ser analisados no julgamento de mérito da representação, não ficou demonstrada, neste momento, uma restrição concreta à competitividade ou a existência de risco

iminente de dano ao interesse público que justificasse a continuidade da suspensão.

Com a decisão do Pleno, a medida cautelar deixou de produzir efeitos e a Prefeitura de Curitiba pode prosseguir com a Concorrência Eletrônica 21/2026.

A decisão, no entanto, não encerra a discussão sobre a legalidade da classificação da obra. O processo continuará em tramitação no TCE-PR e o mérito da Representação da Lei de Licitações ainda será analisado pelo Tribunal.

O voto do conselheiro Ivan

Bonilha foi aprovado pela maioria dos integrantes do Tribunal Pleno durante a Sessão de Plenário Virtual nº 15/2026. O Acórdão nº 2339/2026 – Tribunal Pleno foi publicado em 28 de setembro, no Diário Eletrônico do TCE-PR.

O Eixo BRT Leste-Oeste integra o programa de mobilidade urbana de Curitiba. O sistema BRT, sigla para “Bus Rapid Transit”, utiliza ônibus de alta capacidade em corredores exclusivos ou prioritários para ampliar a eficiência do transporte coletivo.



DESCONTO MENSALIDADE ATÉ O FINAL DO CURSO



Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos



EAD

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Amistosos da Seleção

A Seleção Brasileira, de Ancelotti, fará o terceiro dos três amistosos nesta Data Fifa

Brasil fará jogo inédito contra a Índia hoje

Pedro Morisco, goleiro do Coritiba, pode ser a novidade na escalação do italiano

DA REDAÇÃO
Cascavel

● Depois dos dois amistosos contra a Austrália, a Seleção Brasileira fará, neste sábado (03), o terceiro jogo neste período de Data Fifa. Na última sexta-feira, os comandados do técnico Carlo Ancelotti deixaram o torcedor preocupado, já que o Brasil sofreu para empatar com a seleção australiana. Mas na última terça-feira, a Seleção teve uma atuação um pouco melhor e venceu a Austrália por 4 a 2. Agora, no terceiro jogo do ciclo visando a Copa do Mundo de 2030, a Seleção Brasileira fará um inédito duelo contra a Índia. O jogo será às 11 horas, pelo horário de Brasília, no Estádio Salt Lake, em Calcutá.

Mais uma vez, Carlo Ancelotti deverá fazer mudanças na equipe titular. Uma delas será forçada, já que perdeu o atacante Raphinha, titular absoluto e que foi cortado depois do jogo de terça.

Mas como se trata de um início de trabalho, Ancelotti estruturou uma Seleção Brasileira com inúmeras novidades. E algumas delas devem ser aproveitadas contra a Índia. Apesar de o adversário não figurar entre as principais potências do futebol mundial, o treinador ressaltou a importância da partida. O italiano aproveitou

para mandar um recado aos jovens do elenco. “A melhor maneira é representar bem a Seleção Brasileira, tentar fazer um jogo bonito e seguir com essa ideia clara de evolução dos jovens que estão ganhando oportunidades. Sou muito transparente com eles. Isso não é uma prova para descobrir quem são. Sabemos que são jogadores muito bons e que precisam aproveitar essa oportunidade. Estamos acompanhando essa evolução. Tenho muita confiança nesses jovens e outros ainda estarão na próxima convocação”, afirmou.

Ao todo, a Seleção conta com oito estreantes nesta convocação: os goleiros Pedro Morisco (Coritiba) e Otávio (Cruzeiro); os laterais Matheuzinho (Corinthians) e Mauro Júnior (PSV Eindhoven); os zagueiros Arthur Dias (Athletico-PR) e Jair Cunha (Nottingham Forest); além dos meio-campistas Breno Bidon (Corinthians) e Gabriel Bontempo (Santos). Destes, apenas Morisco ainda não entrou em campo. No entanto, Ancelotti já confirmou que o goleiro do Coritiba será o titular no amistoso contra a Índia.

No primeiro amistoso entre as seleções, encerrado com empate por 1 a 1, Hugo Souza foi o titular. O goleiro do Corinthians recebeu críticas após sofrer um gol de falta, em lance no qual não reagiu à cobrança que acertou o ângulo. No jogo da última terça, Otávio, do Cruzeiro, foi o titular e também foi alvo de críticas. Com isso, Pedro Morisco fará sua estreia pela Seleção. “O Morisco vai

jogar o próximo jogo”, revelou o comandante.

Mais Austrália?

Depois de dois amistosos contra a Austrália, o Brasil vai enfrentar um adversário diferente neste sábado. Em Calcutá, jogará contra a Índia, mas o principal destaque do novo rival é justamente um australiano... Ryan Williams, camisa 10 da Índia, nasceu em Subiaco, na Austrália.

O meia chegou a defender as seleções de base dos Cangurus, disputando, inclusive, o Mundial Sub-20 de 2013 pelo país. Nessa época, já estava na Inglaterra. Ainda em 2011, com 18 anos, estreou como profissional pelo Portsmouth na Championship. Defendeu o Fulham também na Segunda Divisão e foi campeão da Premier League Sub-18 pela equipe, com gol do título diante do Blackburn, de Tim Payne, lateral neozelandês sensação na última Copa do Mundo e hoje no Olímpia.

Ryan Williams defendeu ainda Barnsley, Rotherham e Oxford antes de deixar a Inglaterra. Foram mais de 250 jogos de liga entre a segunda e a terceira divisão no futebol inglês até o meia voltar para a Austrália para jogar sua única temporada profissional no país natal, pelo Perth Glory.

Em 2019, Williams fez seu primeiro e último jogo pela seleção principal australiana, uma derrota por 1 a 0 para a Coreia do Sul, de Son Heung-min, em amistoso. Sem espaço na seleção australiana, o meia tomou uma decisão



O Brasil fecha a Dafa Fifa contra a Índia Patrick Hamilton



Ryan Williams é o principal nome da Índia Getty Images

drástica. Aplicou para a cidadania indiana para defender o país. A mãe de Ryan, Audrey, é de Mumbai e seu avô, Lincoln Grostate, chegou a jogar profissionalmente no país.

Mas a decisão, que parece simples para muitas naturalizações, tem de ser bem considerada em se tratando da Índia. O país não aceita dupla nacionalidade e, portanto, para se naturalizar indiano, Williams abriu mão da cidadania australiana. A regra impede que muitos descendentes espalhados pelo mundo representem a seleção indiana, o que fez com que Williams fosse de cara abraçado pelos torcedores locais.

O futebol na Índia

A Índia tem uma relação forte com o futebol, embora sem nunca ter criado um projeto sólido para desenvolver o esporte no país. A Indian Super League, criada em 2013 como um torneio de tiro curto, chegou a atrair veteranos renomados como Roberto Carlos, Anelka, Alessandro Del Piero, Nesta, Marco Materazzi, Elano, Malouda e Diego Forlán, mas nunca passou de um projeto midiático insustentável. A grande rivalidade local é justamente entre indianos que torcem pela Argentina e indianos que torcem pelo Brasil.

A grande maioria dos convocados para enfrentar o Brasil atua no

futebol local, em uma liga mais longa do que a do tempo das estrelas internacionais, mas de um nível competitivo bem baixo. A única exceção é o jovem goleiro reserva Som Kumar, que joga na segunda divisão eslovena.

Grande nome da seleção e camisa 10, Ryan Williams começou a ser convocado em 2025, já depois dos 30 anos. São cinco jogos pelo país e três gols. O último deles contra o Panamá, no amistoso recente, um empate em 1 a 1 que foi comemorado como vitória na Índia. Agora, com um olhar de admiração pela representatividade do futebol brasileiro, Ryan e sua seleção encaram o maior desafio futebolístico do país.

Fórmula 1 Piloto italiano Kimi Antonelli quer retomar controle da disputa pelo título com volta da Fórmula à Malásia neste fim de semana

Jovem italiano defende a liderança no Mundial

Líder do campeonato, Antonelli viu sua vantagem diminuir depois de terminar apenas na quinta colocação em Baku

GAZETA ESPORTIVA
São Paulo

● Kimi Antonelli afirmou que pretende reagir imediatamente após um fim de semana complicado no GP do Azerbaijão e ampliar novamente sua vantagem na liderança do Campeonato Mundial de Fórmula 1. A categoria retorna neste fim de semana ao Circuito Internacional de Sepang, na Malásia, que receberá a prova originalmente prevista para o Bahrein. O traçado malaio volta ao calendário da F1 pela primeira vez desde 2017. A corrida de domingo (04), com largada às 4 horas (horário de Brasília) substituirá o GP do Bahrein, cancelado no início da temporada em razão do conflito no Oriente Médio. Líder do campeonato, Antonelli viu sua vantagem diminuir depois de terminar apenas na quinta colocação em Baku. O italiano de 20 anos sofreu com problemas hidráulicos nos treinos, bateu durante a classificação e largou apenas em 16º. Enquanto isso, seu companheiro de Mercedes, George Russell, dominou a corrida e conquistou a vitória. Com o resultado, Antonelli segue na ponta da tabela, mas agora com 66 pontos de vantagem sobre Russell. O britânico ainda interrompeu uma sequência de seis etapas consecutivas em que havia sido superado pelo jovem piloto.

De volta ao topo
Determinado a reagir, Antonelli afirmou que pretende “restabele-



A Fórmula 1 terá uma prova na madrugada deste domingo F1

NÚMERO

66

Kimi Antonelli lidera o Mundial de Fórmula 1 com 302 pontos, 66 de vantagem para o companheiro de equipe George Russel, que tem 236

Corrida pelo título
Além da disputa interna na Mercedes, Max Verstappen surge como uma ameaça. O tetracampeão mundial terminou em segundo lugar em Baku, logo atrás de Russell, enquanto seu companheiro de Red Bull, Isack Hadjar, completou o pódio. O desempenho reforçou a competitividade da equipe austríaca na briga pelas primeiras posições. Ferrari e McLaren também chegaram como candidatas a um bom resultado na Malásia. Na Ferrari, o chefe da equipe, Fred Vasseur,

descartou rumores sobre uma possível substituição por Christian Horner e garantiu que o time seguirá lutando por cada ponto disponível até o fim da temporada. Vasseur ainda destacou que os dados da última corrida realizada em Sepang, em 2017, têm pouca utilidade atualmente devido às grandes mudanças nos carros, motores e pneus da Fórmula 1. Após o caos das ruas de Baku, a expectativa é de uma corrida mais tradicional em Sepang, embora as frequentes chuvas e tempestades da Malásia possam voltar a desempenhar papel decisivo no resultado final. Curiosamente, apesar de ser disputada em território malaio, a etapa seguirá oficialmente com o nome de Grande Prêmio do Bahrein.

Ocon
O francês Esteban Ocon anunciou que deixará a Haas ao fim da temporada 2026 da Fórmula 1. Com a saída do piloto, o brasileiro Rafael

Câmara desponta como um dos principais candidatos para assumir uma vaga na equipe a partir de 2027. Ocon estreou na Fórmula 1 em 2016 pela extinta Manor Racing. Depois, passou pela Force India (atual Aston Martin) e pela Renault (atual Alpine), equipe pela qual conquistou sua única vitória na categoria, no GP da Hungria de 2021. Ao todo, soma quatro pódios na carreira. Desde 2025, o francês defende a Haas ao lado de Oliver Bearman. Seu melhor resultado pela equipe foi o quinto lugar conquistado no GP da China de 2025. Entre os candidatos à vaga que será aberta pela saída de Ocon, Rafael Câmara aparece como um dos nomes mais fortes. O pernambucano de 21 anos lidera atualmente a Fórmula 2 após conquistar um quarto lugar na primeira corrida e uma vitória na segunda prova da etapa do Azerbaijão.



SÉRIE C Maringá pode subir para a Série B hoje

● O Maringá está muito próximo de ser mais um paranaense na Série B do Brasileiro do ano que vem. O acesso do Dogão pode ocorrer neste sábado (03), com a realização da penúltima rodada da segunda fase da Série C do Campeonato Brasileiro. Para isso, precisa vencer o líder Santa Cruz, em jogo que será às 17 horas, na Arena Pernambuco. E torcer para o Floresta não derrotar o Botafogo da Paraíba. Os dois times jogam no mesmo horário no Estádio Presidente Vargas. Na rodada passada, o Maringá somou um ponto importante fora de casa ao empatar com o Botafogo. Com isso, segue no segundo lugar no Grupo B com sete pontos, três de vantagem para o Floresta. Na última rodada, o Maringá vai ter um confronto direto justamente com o Floresta no Willie Davids, em Maringá. O líder da chave é o Santa Cruz, que tem dez pontos, e conquista o acesso com um empate neste sábado diante do Dogão. No Grupo C, os dois acessos podem ocorrer também neste sábado. A líder Ferroviária tem oito pontos e se vencer o lanterna Paysandu, às 19h30, na Curuzu, estará na Série B. E a Inter de Limeira, que aparece no segundo lugar com seis pontos, também sobe se derrotar o Brusque, no mesmo horário, no Major Levy Sobrinho. Só que o time catarinense quer levar a situação para a última rodada e é o terceiro com cinco pontos.



HANDEBOL Cascavel Handebol encara o Londrina hoje

● O Cascavel Handebol teve um calendário denso em 2026. Campeonato Paranaense, Liga Nacional e Campeonato Brasileiro de Clubes. Por isso, o time ficou com jogos pendentes e, neste sábado (03), visita o Londrina, às 16 horas, no ginásio da Unopar. A equipe cascavelense, atual campeã estadual, pode retomar a liderança. Quem lidera a competição é o Pato Branco, que tem 22 pontos, dois de vantagem para o Cascavel Handebol, mas com um jogo a mais. Se o Cascavel vencer o Londrina iguala o Pato Branco no número de pontos, mas passa a liderar a competição por ter melhor saldo de gols. O Londrina também faz boa campanha no Paranaense e ocupa o quarto lugar com 15 pontos. Já o Cascavel Handebol deixou o calendário ainda maior nesse ano, já que se classificou para o Final Four da Liga Nacional. Além do título do Estadual, a equipe vai em busca de uma vaga na grande final.



FUTEBOL AMERICANO Cascavel Olympians recebe a Chape FA hoje

● O Cascavel Olympians tem 100% de aproveitamento no Campeonato Brasileiro de Futebol Americano D2. Com isso, foi campeão antecipado da Regional Oeste. E, neste sábado (03), a equipe volta a jogar em casa e recebe a Chapecoense FA, às 15h30, no campo do Complexo Esportivo Ciro Nardi. Na competição nacional, a estreia foi justamente contra a Chape, com vitória de 32 a 0. Na sequência, o Cascavel Olympians fez dois jogos contra o tradicional rival Francisco Beltrão Red Feet. Em casa, venceu por 21 a 06. E no terceiro jogo, conseguiu uma vitória inédita na casa do adversário: 19 a 16. Sendo assim, depois do jogo contra a Chape neste sábado, a equipe cascavelense recebe o troféu e as medalhas de campeão da Regional. Com o título, o time garantiu a vaga no Wild Car (playoffs), mas ainda não sabe quem será o adversário. Vencer a Chapecoense em casa rende a melhor campanha e o benefício de fazer os jogos dos playoffs em casa, já que serão em partida única.

São Paulo e Corinthians duelam pelo título do Brasileiro feminino

No jogo de ida, as meninas do Tricolor venceram por 2 a 1

Gazeta Esportiva
São Paulo

● São Paulo e Corinthians têm uma das últimas oportunidades de trazer alegrias às suas respectivas torcidas em um ano repleto de dificuldades para ambas as instituições. Os dois clubes sofreram com complicações políticas e financeiras, mas possuem a chance de deixar os problemas para trás por um momento com o título do Campeonato Brasileiro feminino. O último capítulo da decisão está marcado para este sábado (03), às 16h30 (de Brasília), no Morumbis. O São Paulo garantiu o mando do jogo de volta por ter feito uma campanha superior à do rival. Mais do que uma final entre dois rivais tradicionais do futebol brasileiro, o título do Brasileiro feminino representa uma oportunidade de alívio para clubes que

passaram boa parte de 2026 convivendo com dificuldades, sobretudo financeiras, do lado de fora dos gramados. Apesar dos obstáculos enfrentados em 2026, São Paulo e Corinthians alcançaram a decisão do Brasileiro feminino. As Soberanas buscam o título inédito, enquanto as Brabas querem o octacampeonato da Série A1, o hepta consecutivo. Quem saiu na frente foi o São Paulo. O Tricolor paulista bateu o Timão de virada por 2 a 1, no último sábado, na Neo Química Arena, e tem a vantagem do empate no jogo deste fim de semana. Em caso de uma igualdade no agregado, a decisão do título será nos pênaltis. A decisão contrasta com o momento vivido pelos clubes. Em 2026, tanto Corinthians como São Paulo conviveram com problemas financeiros, entre atrasos salariais, pendências com os elencos profissionais e transfer bans. Além disso, ambos os clubes figuraram em

NÚMERO

35

A expectativa é de casa cheia no Morumbis, com mais de 35 mil ingressos vendidos para a decisão



Soberanas e Brabas jogam neste sábado Agência Corinthians

páginas policiais e vivem um ano eleitoral, com eleições presidenciais marcadas para o fim do ano.

Ineditismo ou dinastia?
Para o São Paulo, a conquista significaria o primeiro título brasileiro feminino de sua história. O sentimento de revanche também se faz presente após a derrota para o próprio Corinthians na decisão de 2024. Naquela ocasião, as Brabas venceram os dois jogos da final e ficaram com a taça. Para o Corinthians, o desafio é evitar que uma temporada marcada por problemas financeiros e desempenho irregular no futebol, como um todo, termine sem uma

grande conquista no feminino. O octacampeonato manteria uma dinastia iniciada em 2020, quando o time ainda estava sob o comando de Arthur Elias, atual técnico da Seleção Brasileira feminina. São Paulo e Corinthians passaram 2026 administrando dívidas, pressão, cobranças e dificuldades esportivas. Agora, resta saber qual dos times conseguirá levar alegria para seus torcedores neste fim de ano.

Brasileirão
Já o Brasileirão masculino tem apenas um jogo neste sábado. Atlético-MG e Bragantino fazem o jogo atrasado da 21ª rodada, às 18h30, na Arena MRV.

Pato Futsal e Umuarama têm jogos pelas quartas

Luciano Neves
Cascavel

● A Liga Nacional irá definir, neste sábado (03), os dois últimos confrontos das quartas de final. Dois times paranaenses buscam vaga na próxima fase e fazem os jogos de volta das oitavas. A situação um pouco mais confortável é a do Pato Futsal, que recebe o Corinthians, às 17 horas, na Arena Cláudio Petrycoski, em Pato Branco. No jogo de ida, em São Paulo, na última segunda-feira, o Pato empatou em 1 a 1. Com isso, quem vencer avança para as quartas de final. Em caso de um novo empate no tempo normal, a partida

irá para a prorrogação. E o Pato Futsal terá a vantagem de jogar pelo empate, já que teve melhor campanha na fase inicial da Liga. O Timão precisa de uma vitória, ou no tempo normal ou na prorrogação. O classificado deste confronto irá enfrentar o Magnus Sorocaba na próxima fase da Liga Nacional. Pato Futsal e Corinthians já se enfrentaram nos playoffs da LNF, em 2018, pelas quartas de final. No jogo de ida, em 5 de novembro, empataram em 1 a 1. Na volta, em 10 de novembro, o Pato venceu por 4 a 2 e eliminou o Corinthians. No mesmo ano, o Pato Futsal conquistou o inédito título da Liga, se tornando o primeiro



O Pato recebe o Corinthians Maurício Moreira

clube paranaense a conquistar a maior e mais tradicional competição da modalidade no país.

Umuarama
O Umuarama vive uma situação mais complicada nas oitavas da Liga Nacional. Neste sábado, faz o jogo de volta contra o Carlos

Barbosa, às 19h30, no Rio Grande do Sul, com a necessidade de uma vitória dupla: precisa vencer no tempo normal por qualquer placar para conduzir o jogo para a prorrogação. E ainda vencer o time gaúcho na extensão da partida. Isso porque foi derrotado por 4 a 1 no jogo de ida, em Umuarama. O Carlos Barbosa, que foi campeão da Libertadores da América nesta temporada, tem a vantagem do empate para se classificar. Quem passar cruza com o Atlético de Erechim. O Paraná já tem um representante nas quartas. O Campo Mourão, que esta semana foi campeão da Copa Sul, será o adversário do Joinville.



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
VEÍCULOS	CAMINHÕES	MOTOS	ANIMAIS	AVISOS	NÁUTICA	MÁQUINAS	TELEFONES	EMPREGOS	ELETRÔNICOS	NEGÓCIOS	CURSOS	APARTAMENTOS	RESIDÊNCIAS	TERRENOS	P. COMERCIAIS	TURISMO

Publicidade Legal

MECÂNICA | SUSPENSÃO | FREIOS

99912-9515 99831-5310

45 3224-0062

RUA PARANÁ, 1490 - CENTRO

instagram: @garciaautocenter_

VISA MasterCard

Vidros e Espelhos Bisotados
Atacado e Varejo

Furni/Fax 3226-2126

R. Antônio José Elias, 616 - Adimação

vidracaria@vidroluz.com.br

O QUE A GENTE QUER
É INTERAGIR
+ COM
VOCÊ

A GAZETA ESTÁ DE CARA NOVA.
Seu grande jornal está mais organizado e interativo, com um visual mais atraente e moderno. A Gazeta está com você não só no jornal, mas também na internet, no celular, e nas novas tecnologias. Tudo para deixar você mais perto da informação.

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.

Ajude a Uopecan!

O Complexo Hospitalar Uopecan atende crianças, adolescentes e adultos com câncer, visando como principal objetivo a prevenção, diagnóstico e tratamento, transplantes de TMO Autólogo (Transplantes de Medula Óssea) e transplante de fígado.

Como doar?

As doações em dinheiro podem ser realizadas de qualquer cidade nas seguintes contas bancárias:

Cascavel – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 6878-0
CNPJ 81.270.548/0001-53

Umuarama – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 106878-4
CNPJ: 81.270.548/0002-34

Doe seu imposto de renda para o Hospital do Câncer Uopecan:

Você pode ajudar pessoas em tratamento do câncer doando seu imposto de renda, de forma fácil e sem custo. Basta enviar um e-mail solicitando a participação da sua empresa para pronon@uopecan.org.br ou através dos telefones (45) 2101-7025 / (45) 9 9109-2445.

Vamos juntos unir esforços para combater o Coronavírus e proteger os pacientes em tratamento oncológico, que estão no grupo de risco.

Conheça outras formas de doações no site da Uopecan: uopecan.org.br

- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Facil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;

(45) 2101-7900
(45) 99136-6312

NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliário

Tânia Moreno Camargo
taniamorenocamargo@hotmail.com

● Existem coisas na vida que nos fazem tão felizes, nem precisamos de muito além do que já possuímos. Motivos para tanto nos sobram, temos apenas que perceber e darmos continuidade ao todo que nos envolve, cuidarmos para termos o maior número possível de pensamentos positivos e disposição para aproveitarmos bem cada momento vivido. Para isso, precisamos evidenciar o brilho das coisas mais simples ao nosso dispor, enfatizarmos e valorizarmos as alegrias, os sobresaltos e sabermos reconhecer os acontecimentos que decorrem de atitudes que tomamos acertadamente, algumas por pura sorte, outras por estarmos atentos ao fato de que a vida é única e merece ser, no mínimo, interessante!



Divulgação

É maravilhoso estarmos aqui neste instante tão especial e poderemos realmente agradecer tantas doçuras que nos envolvem, só temos que usufruir destas delícias com prazer e encantamento. Comemorarmos o canto dos pássaros em alvorço no entardecer, sentirmos toda a delicadeza e a energia boa que emana na melodia suave que o balançar das árvores produzem, aproveitarmos um passeio ao ar livre, respirarmos a brisa macia que nos chega tão terna e fresca e apreciarmos um dia chuvoso com sincero contentamento, admirando uma natureza generosamente bela.

sentimentos, mantermos em ordem o material, porém sem nos apegarmos em valores mesquinhos. Sejam os gentis e otimistas, praticando a serenidade e o despreendimento de ser. Vamos vencer a inércia para nos sentirmos apaixonados pela vida novamente, compreendendo que somos humanos e, portanto, limitados. Escutemos sempre a voz do coração e resgatemos a confiança que estamos aqui unicamente para sermos felizes e que tudo que foi criado e colocado ao nosso alcance tem por finalidade nos transformar em seres plenos, completos e verdadeiramente fascinantes.

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

03

Sáb

18°

24°

1.7mm

Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura 18° 24°	Sensação térmica 17° 19°	Chuva 1.7mm 60% de chance	Umidade do ar 74% 95%
Vento ✓ NNE - 20km/h	Rajada de vento ✓ NNE - 59km/h	Sol 06:13h às 18:33h	Lua Minguante

04

Dom

18°

22°

12.6mm

Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura 18° 22°	Sensação térmica 18° 20°	Chuva 12.6mm 93% de chance	Umidade do ar 76% 96%
Vento ↓ N - 11km/h	Rajada de vento ↓ N - 51km/h	Sol 06:12h às 18:34h	Lua Minguante

Emitir sons como o cachorro	▼	Animal que produz e se alimenta de leite	Contagem da idade	▼	No (?): por acaso (gíria)	Molho que acompanha o ovo de codorna
Local reservado das lojas de roupas	▼	▼	Perfeito; primoroso	▼	Perigoso	▼
Exercício recomendado para o bem-estar	▶	▼	▼	▼	▼	▼
▶						
Abatedouro	▶					
Períodos de dois meses	▶					
▶				Ditongo de "teia"	▶	Pessoa que viaja sem pagar a passagem
Sua capital é Damasco		Flamengo (red. fut.)		Angelina Jolie, atriz	▼	▼
Dá direção ao barco		Juntar coisas diversas		Base de concreto de uma construção	▼	
▶		▼	Fruto da jaqueira	▶		
			Corda da bolsa	▼		
(?) Paes, atriz de "Três Graças" (TV)	▶			Casa de moradia	▶	
▶				Letra da vitória	▼	
Decidido; combinado		Consoantes de "moda"		Com, em espanhol	▶	
Paula Toller, cantora	▶	▼		Lavabos; lavatórios	▼	
Aguardente cubana	▶		Base do corpo	▶		Órgão mundial do trabalho (sigla)
Filhote de ovelhas	▶		Preposição de lugar	▼		▼
▶			▼			Osvaldo Aranha, político gaúcho
Green (?), o visto de permanência dos EUA		Suave ao tato	▶			▼
▶		Vitamina do leite	▼	Desenho que indica uma direção	▶	

			A	C	M	S	
	L	I	N	H	A	R	O
	C	A	T	A	D	O	
	B	R	I	M	E	S	
S			I	R	I		
	N	F	L	A		S	C
L	E	M	E	J	A	C	A
R	E	S	O	L	V	I	D
	P	T			C ^a	O	N
C	O	R	D	E	I	R	O
	A	V	A		M	A	C
	C	A	R	D			

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

EXTINTORES
ALIANÇA

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



- INSTRUMENTOS MUSICAIS
- LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E TELÃO
- ELETRÔNICA/ CONCERTOS/ LUTHIER
- CONCERTO E ACESSÓRIOS PARA CELULARES
- BÍBLIAS E PRESENTES

 BETELSOM

(45) 3228-4874 **(45) 99995-9256**

RUA RIO GRANDE DO SUL, 405 ESQUINA COM RUA CARLOS GOMES - CENTRO - CASCAVEL/PR

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.



www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4 LEVE 5

Modelo: 435/436/285/278 - NOVO

Cada toner por **R\$ 39,00**

5 toners por
R\$ 195,00*



 **100% Novo
Compatível**

*Promoção válida até 28/02/23 ou até o término do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT

 **Rua General Osório, 2475.**
Parque São Paulo, Cascavel-PR

☎ 45 9 9929-2660
☎ 45 3096-8200

 [artiprint.cartuchos.toners](https://www.instagram.com/artiprint.cartuchos.toners)

Opinião

CASCABEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacambi
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná

UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da Gazeta do Paraná

Editorial

Último cartucho

● Acabou a televisão, os grandes atos já ficaram para trás e o relógio passou a ser o adversário comum de todas as campanhas. Neste sábado, a eleição para o Governo do Paraná entra nas últimas horas de disputa nas ruas antes de a palavra passar definitivamente ao eleitor.

É uma fase curiosa. Depois de meses de estratégias, pesquisas, vídeos, jingles, ataques, respostas, alianças e quilômetros percorridos pelo Estado, sobra pouco espaço para grandes movimentos. Ninguém reinventa uma candidatura na véspera da eleição. O que resta é tentar buscar aquele eleitor que ainda não decidiu, garantir que o simpatizante realmente vá votar e evitar um erro capaz de dominar as redes sociais justamente quando já não há tempo para consertá-lo.

Por isso, o sábado costuma produzir uma imagem quase contraditória. Por fora, campanhas aceleradas, candidatos nas ruas, militância distribuindo material e redes sociais funcionando a todo vapor. Por dentro, muita gente olhando para o relógio e fazendo conta. No Paraná, essa ansiedade ganhou um in-

grediente adicional. A reta final foi inundada por pesquisas, com institutos apresentando fotografias diferentes da disputa. Neste sábado, novos levantamentos ainda devem ser divulgados. Serão os últimos números antes dos únicos números que realmente encerram a discussão: os votos depositados nas urnas.

Até lá, cada campanha fará a leitura que mais lhe convém dos levantamentos disponíveis. Quem aparece numericamente à frente tenta transmitir confiança. Quem aparece atrás procura mobilizar o eleitor e reduzir o peso das pesquisas. É parte conhecida do ritual eleitoral. Pesquisa mede intenção de voto dentro de determinada metodologia e período; não substitui a votação.

Também acabou o tempo das grandes apostas de comunicação. Uma frase infeliz nesta altura pode custar caro justamente porque não existe uma semana seguinte para mudar o assunto. Um vídeo ruim não desaparece da timeline porque surgiu uma nova agenda de campanha. Nas últimas horas, administrar risco pode ser tão importante quanto conquistar espaço.

Há ainda outro personagem trabalhando enquanto os candidatos fazem a última volta: a Justiça Eleitoral. Advogados acompanham decisões, representações continuam chegando e tribunais permanecem atentos às regras que delimitam o que pode e o que não pode ser feito na reta final. No domingo, a fiscalização ganha outra dimensão, especialmente sobre propaganda irregular e manifestações capazes de ultrapassar o limite da expressão individual do eleitor. A campanha que durante meses pareceu interminável, portanto, chegou ao último cartucho.

No sábado, ainda haverá santinho, caminhada, conversa, postagem, pedido de voto e candidato tentando transformar algumas horas em alguns votos. Depois disso, sobra muito pouco a fazer. Às 8 horas de domingo, o protagonismo muda de mãos.

E talvez seja justamente essa a parte mais incômoda para qualquer campanha: depois de tanto dinheiro, tanta estratégia, tanto discurso e tanta certeza apresentada em público, chega uma hora em que candidato nenhum controla mais nada. Só resta esperar o eleitor.

STF: Uma inconstitucionalidade na Constituição?

Antônio Sérgio
ALTIERI DE MORAES
PITOMBO

**Advogado, mestre e doutor em Direito Penal pela USP, pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra*

Lá se vão mais de 30 anos! Em 1994, publicava-se, em reimpressão, a obra de Otto Bachof: Normas constitucionais inconstitucionais?. O livro ocupou as mentes dos estudantes de pós-graduação, como eu, à época, com as hipóteses de disposições inconstitucionais na Constituição. Confesso que, passado o frisson da leitura de então, o livro adormeceu na minha biblioteca. Muito embora lógicas, jurídicas e desafiadoras para quem via engatinhar a Constituição de 1988, aquelas proposições não mais me interessaram. Nada como a crise atual do STF para reencontrar o texto e a problemática ali discutida. Vale explicar a razão.

O momento histórico evidencia a absoluta incapacidade da Alta Corte de autocontenção. Não adianta guardar expectativas quanto ao imaginado Código de Ética, nem se pode crer no rápido apaziguamento da sociedade brasileira em relação ao Tribunal.

As pesquisas recentes mostram a insatisfação do povo com a ins-

tituição. Muitas poderiam ser as causas do quadro atual, porém, a priori, basta a simplicidade de Montesquieu: “...a experiência eterna mostra que todo homem que tem poder é tentado a abusar dele; vai até onde encontra limites. Quem o diria! A própria virtude tem necessidade de limites”.

E arremata: “Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”. Exatamente essa frase do iluminista francês provoca a procura dos fundamentos da clássica afirmação, entre os norte-americanos, no tocante à importância dos “checks and balances” (“freios e contrapesos”).

A preocupação, desde a Constituição norte-americana de 1787, foi a de impedir a concentração do poder, ao se dividirem as três faces do poder estatal, bem como ao se conferirem, a cada face, meios suficientes para conter as demais. Daí a lição de James Madison: “But the great security against a gradual concentration of the several powers in the same department consists in giving to those who administer each department the necessary constitutional means and personal motives to resist encroachments of the others. The provision for defense must in this, as in all other cases, be made commensurate to the danger of attack”.

Ora, a crise do STF e os problemas circundantes que afetam todo o Poder Judiciário levam-nos, de modo natural, a pensar numa lei

nova que conserte questões estruturais e regule comportamentos dos magistrados. Aqui surge o problema: a provável inconstitucionalidade do art. 93, caput, da lei maior, que limita à iniciativa do STF o processo legislativo atinente à lei complementar quanto ao Estatuto da Magistratura.

No Estado Democrático de Direito, parece um tanto evidente a necessidade de o Legislativo ter o poder de legislar com o fim de frear os exageros ou corrigir os erros dos juízes de Direito, dos ministros do STF, inclusive. Ao que tudo indica, este dispositivo constitucional está em dissonância com a ideia democrática de soberania popular (art. 1º, par. único, da CR) e de harmonia no tripartite poder estatal (art. 2º, da CR).

No passado, deu-se a discussão sobre a possibilidade jurídica do pedido na ADIn 815 (1996)5, fundada na tese de Otto Bachof. Porém, o STF adotou solução de natureza formal, ao não conhecer da ADIn, devido à afirmada impossibilidade de pleito fundado na hierarquia entre normas oriundas do Poder Constituinte Originário.

A argumentação não convence. Afinal, atualmente se alcançou profunda evolução no campo da interpretação constitucional com a diferenciação entre princípios e regras. Inexiste hesitação quanto à natureza de princípios dos arts. 1º e 2º, da Constituição da República, os quais se sobrepõem à referida regra do art. 93, caput, da lei

maior. Não se trata de mera questão topológica, por constarem do início do texto constitucional, mas de efeito do conteúdo material que ambos os princípios expressam.

Cumprе observar que, desde o PLP 144/1992, o STF não mais elaborou um projeto de reforma plena da lei orgânica da magistratura, a LC 35, de 1979. Note-se que tal projeto acabou arquivado, a pedido do próprio STF de 2 de outubro de 2003.

Não é demais reconhecer a omissão da Corte quanto ao dever de atualizar o Estatuto da Magistratura6, o que permitiria, por exemplo, ao Conselho Federal da OAB propor ADO - ação direta de inconstitucionalidade por omissão (art. 103, VII e parágrafo 2º, da CR). Há até alguma ironia pelo fato de uma ação direta de inconstitucionalidade quanto ao art. 93, da Constituição da República, vir a ser julgada pela composição da Corte de hoje.

No entanto, nada impede conjecturar quanto a emenda à Constituição que equilibre o exercício do poder estatal, ao garantir ao Poder Legislativo a faculdade de projetar leis complementares com o propósito de coibir atos no Poder Judiciário e de melhor organizá-lo, observadas as garantias dos juízes (art. 95, da CR). Nesta quadra, impõem-se o afastamento das paixões do momento e a busca da maturidade do texto constitucional, caminhos possíveis para pacificar a sociedade e fortalecer a República.

Quem paga a conta das fraudes do ICMS?

Andre Henrique
AZEREDO SANTOS

**Sócio de Contencioso Tributário no FAS Advogados*

Recentemente, a imprensa brasileira noticiou que haveria um suposto esquema de venda de créditos falsos de ICMS no Estado de São Paulo. De acordo com as investigações, supostamente por meio do uso de empresas de fachada, emitia-se documentos fiscais para venda de créditos de ICMS, que eram usados para quitação do citado imposto. Os créditos, porém, eram falsos e não havia quitação.

A aparente legitimidade dos créditos, por sua vez, era forjada com base em decisões provisórias e despachos falsos, dentre outros artifícios para induzir a erro os compradores dos créditos inexistentes.

Sem entrar no mérito da veracidade dos fatos noticiados pela imprensa, a suposta e alegada fraude referida acima traz à tona uma relevante questão: como fica a situação do empresário de boa-fé que, agora, é devedor de tributos por ter sido enganado em um suposto esquema fraudulento?

A definição das normas gerais de Direito Tributário, o que inclui o estabelecimento de noções gerais sobre o sujeito passivo do tributo, deve ser feita por meio de uma lei complementar nacional sobre o tema, na forma do art. 146, III, da

Constituição. Atualmente, o CTN - Código Tributário Nacional é uma das normas que faz a função da aludida lei complementar. Nos termos do art. 121 do CTN, podem responder pelo pagamento do tributo: (i) o contribuinte, enquanto pessoa que pratica o ato/fato/operação que desencadeia o nascimento da obrigação de pagar tributos; e (ii) o responsável tributário, que é a pessoa indicada por lei para quitar o tributo no lugar (responsabilidade exclusiva ou pessoal) ou em conjunto (solidariedade fiscal) com o contribuinte originário, ou aquele que deve pagar o tributo após esgotadas as tentativas de cobrança em face do contribuinte (responsabilidade supletiva ou subsidiária).

Feitas tais noções gerais sobre o tema, o CTN responde à questão levantada acima de maneira objetiva: a responsabilidade é pessoal do agente que tenha praticado infrações conceituadas por lei como crimes (art. 137 do CTN). Ou seja, o agente que tenha praticado esse tipo de infração responde pelo débito tributário decorrente de tais infrações (principal, multa, juros, correção, etc), com seu patrimônio pessoal, de maneira exclusiva, exonerando-se a responsabilidade do contribuinte original.

A ideia, aqui, é muito simples: assim como a Fazenda Estadual, o empresário de boa-fé é vítima da suposta fraude e, assim, não pode ser responsabilizado pelo pagamento de tributos a que não deu causa.

Inclusive, segundo a jurisprudência do STF, o CTN possui status

de lei complementar nacional e deve ser obrigatoriamente seguido pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal (tema 13 de Repercussão Geral). A aplicação do art. 137 do CTN, portanto, é obrigatória, motivo pelo qual os Autos de Infração e as Execuções Fiscais relativas aos débitos decorrentes dos fatos em foco deveriam ser direcionadas, apenas, aos supostos infratores quando diante de um empresário de boa-fé que adquiriu os créditos confiando na sua aparente legalidade, com boa-fé. Há ilegitimidade passiva do contribuinte original nesse caso.

E o que o empresário de boa-fé deve fazer, na prática, para se livrar de eventuais cobranças?

O empresário de boa-fé deve buscar reunir, com o máximo de riqueza de detalhes possível, todas as provas que possuir para mostrar que foi enganado em uma fraude e que adotou as cautelas de praxe. Tais provas servirão para mostrar a boa-fé do comprador e a má-fé do vendedor dos créditos falsos.

Documentos, testemunhas, e-mails, contratos, despachos, telas falsas, conversas por aplicativos de mensagem, dentre outros elementos de prova: tudo é válido para mostrar a boa-fé do empresário no tocante a tais fraudes, desde que obtidos por meios lícitos (art. 369 do CPC).

Com tais provas em mãos, o empresário deve impugnar as cobranças que receber nas vias administrativa e judicial, conforme cada caso específico, solicitando o reconhecimento de sua ilegiti-

midade passiva com fundamento no art. 137 do CTN, sem prejuízo de outros argumentos. Ainda, em respeito à presunção de inocência, é possível solicitar que o julgamento dessas impugnações (seja na via administrativa, seja na via judicial) fiquem suspensos até que se apure a questão na esfera criminal (art. 313, V, do CPC), reconhecendo-se a suspensão da exigibilidade da dívida até a solução da questão com fundamento no art. 151, III, do CTN. Se o tributo já tiver sido pago, pode-se avaliar medidas para repetição de indébito (art. 165, I, do CTN), diante do erro na eleição do sujeito passivo.

O TJ/SP, por sua vez, já aplicou o art. 137 do CTN. Em julgamento que envolvia discussão sobre os efeitos da indicação de dados falsos, em nota fiscal, a respeito do estabelecimento de destino das mercadorias, por exemplo, o Tribunal entendeu que o contribuinte de boa-fé não responde pelo tributo em casos de fraude com fundamento no art. 137 do CTN, “cabendo ao Fisco comprovar que a empresa vendedora intencionalmente participou de eventual ato infracional (fraude) para burlar a fiscalização, concorrendo para a tredestinação da mercadoria” (TJ/SP; 13ª câmara de Direito Público; apelação 1003950-68.2021.8.26.0097; data do julgamento: 9/9/25).

Quem comete suposta fraude deve arcar com todos os efeitos negativos desse ato ilícito. Tal agente, assim, deve pagar, sozinho, a conta por fraudes tributárias se há boa-fé do contribuinte.

Política & CIA

Deltan ganha um voto no PSD

O PREFEITO DE CURITIBA, Eduardo Pimentel (PSD), resolveu abrir o voto nesta sexta-feira e anunciou Deltan Dallagnol (Novo) como sua segunda escolha para o Senado. A primeira continua sendo Alexandre Curi (Republicanos). O detalhe político é que Pimentel está no mesmo PSD de Sandro Alex e do governador Ratinho Junior e decidiu reservar uma das duas vagas justamente para um candidato de fora do arranjo partidário. Segundo o prefeito, é retribuição: Deltan o apoiou no segundo turno da eleição municipal de 2024. Política também tem memória.

Apoio com asterisco

O apoio chega num momento peculiar. Deltan entra no último fim de semana antes da eleição ainda com sua situação jurídica sendo discutida no TSE. Recurso contra o registro está sob relatoria do ministro Floriano de Azevedo Marques, e há pedido para que o caso seja julgado antes da votação de domingo. Ou seja: Pimentel anunciou o voto enquanto Brasília ainda discute as condições jurídicas da candidatura.

A bomba viajou

A investigação aberta no TCE-PR sobre o Credcesta e as relações do Banco Master com empresas da família do governador Ratinho Junior já ultrapassou as fronteiras do Paraná. O caso ganhou repercussão nacional depois que a representação, acolhida pelo Tribunal, passou a ser noticiada fora do Estado. O TCE determinou a preservação de documentos e o conselheiro Ivan Bonilha pediu vista do processo. A Seap nega favorecimento e sustenta que os procedimentos seguiram a tramitação regular.

Caiu no colo

Na sessão desta semana, a dimensão do caso ficou resumida numa frase do conselheiro Maurício Requião: a denúncia teria caído no Tribunal “como uma bomba”. Não é exatamente a expressão que um governo gostaria de ouvir a três dias de uma eleição na qual tenta fazer o sucessor.

Pesquisa para todos os gostos

A sexta-feira virou uma espécie de feira livre de pesquisas eleitorais. Só no levantamento do Instituto Ranking, publicado pela Gazeta, Sérgio Moro aparece com 35%, Sandro Alex com 30% e Requião Filho com 20%. Já a Radar/ADI-PR encontrou 38,2% para Moro, 26,3% para Sandro e 23,3% para Requião. Institutos diferentes, metodologias diferentes e distâncias diferentes. Domingo é a urna que transforma intenção em voto.

E amanhã tem mais

Quem achou pouco pode guardar energia. O sábado, véspera da eleição, ainda reserva uma nova leva de levantamentos registrados para divulgação no Paraná. A esta altura, o eleitor corre o risco de receber mais pesquisa do que santinho.

Quem leva quem?

A disputa pelo segundo voto ao Senado virou um capítulo à parte nesta reta final. O anúncio de Eduardo Pimentel por Deltan é mais uma demonstração de que as chapas formais não conseguem controlar completamente a segunda escolha do eleitor, nem mesmo a dos próprios

aliados. Com duas vagas em disputa, a eleição para o Senado produziu combinações que os marqueteiros dificilmente conseguiriam desenhar numa prancheta.

Tudo pronto

Enquanto candidatos brigam por cada voto, a Justiça Eleitoral já está na fase operacional. Duzentos e um municípios paranaenses informaram ao TRE-PR que oferecerão transporte público gratuito neste domingo. Neste sábado, o Tribunal também fará o sorteio das 35 urnas eletrônicas que passarão pelos testes de integridade e autenticidade dos sistemas. Campanha de um lado, logística da democracia do outro.

Sem horário eleitoral

O último programa eleitoral gratuito do primeiro turno foi ao ar nesta quinta-feira. Também terminou o prazo para propaganda eleitoral paga ou impulsionada na internet. Agora começa aquela curiosa fase da eleição em que os candidatos continuam falando, mas precisam prestar ainda mais atenção em onde, como e com qual dinheiro fazem isso.

Domingo tem fila de números

E um aviso que parece banal até alguém chegar diante da urna e esquecer metade da sequência: neste domingo o eleitor poderá escolher seis nomes. A ordem é deputado federal, deputado estadual, primeiro senador, segundo senador, governador e presidente. Como são duas vagas para o Senado, são dois votos diferentes. Papel e caneta ainda são tecnologias bastante eficientes.

Depois das aparências

A campanha termina com uma certeza que pesquisa nenhuma resolve antecipadamente: domingo acaba a fase das narrativas e começa a contagem. Até lá, cada levantamento será comemorado por quem encontrar nele alguma boa notícia e questionado por quem preferir os números do instituto ao lado. Às 17 horas do dia 4, essa discussão ganha um personagem muito menos interessado em estratégia de comunicação: a urna.

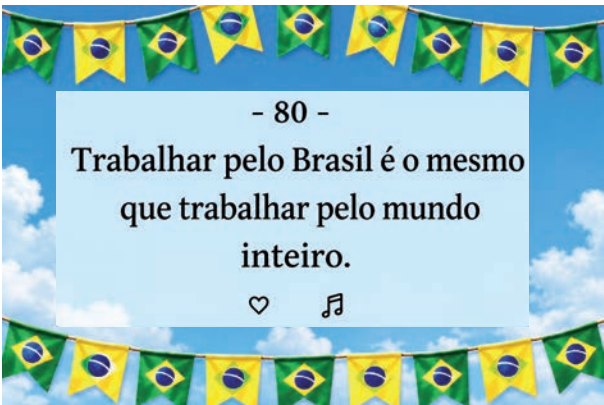
Contagem regressiva

Chegou aquele momento da campanha em que 24 horas parecem uma eternidade. Pesquisa nova, decisão judicial, apoio de última hora, vídeo nas redes e declaração atravessada podem mudar o assunto do dia em questão de minutos. Para candidato, sábado será véspera de eleição. Para advogado eleitoral, assessor e jornalista, será apenas uma sexta-feira que se recusou a terminar.

O SUDOESTE
NÃO SE CURVA
PRA JAGUNÇO

Cidinha Marcon

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



PATRÍCIA ROSSONI e o netinho dela Felipe Rossoni Bagio. No primeiro aninho dele Arquivo pessoal

●O inimigo silencioso da sua imunidade (III)
Risco maior de morte prematura. Os adultos de meia-idade têm risco maior de mortalidade quando sofrem de solidão crônica ou vivem sozinhos que adultos idosos com as mesmas características’, diz estudo. O isolamento social e a solidão estão associados a um aumento de 30% no risco de morte prematura, segundo um estudo da Universidade Brigham Young, dos Estados Unidos, publicado em 2015 na revista da Association for Psychological Science.

(III)
A investigação analisou 70 estudos diferentes com a participação de 3,4 milhões de pessoas. Eles concluíram que, ao contrário do que poderia

parecer, “os adultos de meia-idade têm um risco maior de mortalidade quando sofrem de solidão crônica ou vivem sozinhos, do que adultos idosos com as mesmas características”.

(III)
Os autores acreditam que os estudos acerca dos efeitos da solidão sobre a saúde estão na mesma fase de investigação de pesquisas sobre o impacto da obesidade há décadas atrás. Portanto, é uma área nova de pesquisa. E a expectativa é de que o sentimento de isolamento entre a população aumente muito. Em temposo grifo é meu - com tanta tecnologia, ao invés de conectar, está afastando as pessoas, basta dar uma olhadinha ao redor... (By BBC News Brasil)



A EMPRESÁRIA IVONE KUCINSKI - a Senhora da Moda em Cascavel - ditando as tendências da moda, há mais de meio século Arquivo pessoal



PORTA RETRATO- Myllene Vanessa. Arquivo pessoal

Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



pada @padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Higienizando os orelhões em Cascavel

EM PLENA DÉCADA DE 1970, quando os telefones ainda eram artigo de luxo e os “orelhões” representavam um avanço tecnológico digno de orgulho, a cena registrada quase na esquina da Avenida Brasil com a Rua Visconde de Guarapuava retrata um cotidiano curioso, mas necessário: a higienização dos telefones públicos. Duas funcionárias públicas, com balde e pano nas mãos, dedicam-se à limpeza dos emblemáticos orelhões.



Acervo Xico Tebaldi

Vista aérea de Laranjeiras do Sul

Nos anos 1960 e 1970, a cidade de Laranjeiras do Sul, no interior do Paraná, viveu um período de significativa transformação, tanto em termos de urbanização quanto de desenvolvimento social e econômico. Sob a lente da memória preservada no acervo de Farida Nardello, compartilhado por Claiton José de Oliveira, é possível identificar locais que se tornaram ícones dessa época e que marcaram a vida cotidiana dos moradores.



Laranjeiras do Sul – memórias e histórias

Estação do Pico do Marumbi, em Morretes – 1925

Parte integrante da história do desenvolvimento urbano do Paraná, a Estação Ferroviária do Pico do Marumbi, em Morretes, foi inaugurada em 1885, mesmo ano em que iniciou a operação da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, que passava pela estação, ligando o litoral à capital do Paraná. O registro em questão é datado de algum momento de 1925.

Construída em madeira, a estação do Marumbi era parada obrigatória para o embarque e desembarque de trabalhadores que moravam nas margens da ferrovia. A poucos quilômetros dali, havia ainda a Estação Engenheiro Lange. Devido à sua importância, a Estação do Pico do Marumbi foi tombada como Patrimônio Histórico do Paraná, preservando suas características originais.



Paraná Histórica

Imagem histórica de Ortigueira

Do acervo de Tabajara Macedo, o registro mostra o antigo Posto e Hotel Brasil, na estrada velha de Ortigueira. Não foi possível precisar o ano da fotografia. Ortigueira, atualmente com uma população estimada de 22 mil habitantes, inicia sua história ainda em meados de 1620 a partir das expedições de jesuítas espanhóis em busca de catequizar povos indígenas no vale do Rio Tibagi. No início do século XX e ainda com o nome de Vila de Queimadas, Ortigueira é elevada à categoria de distrito de Tibagi. A emancipação e, consequentemente, o reconhecimento como município viriam apenas em 1951, a partir da lei estadual nº 790.



Paraná Histórica

Mais+

Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências

Prevenção Campanha reforça que informação, hábitos saudáveis e acesso ao diagnóstico são fundamentais para reduzir os impactos da doença e ampliar as possibilidades de tratamento



Divulgação/Assessoria

Outubro Rosa reforça a importância de olhar para a saúde antes dos sintomas

Campanha chama atenção para prevenção, diagnóstico precoce e acesso ao tratamento do câncer de mama, doença que deve atingir 78,6 mil mulheres por ano no Brasil entre 2026 e 2028

Cascavel
JULIA MARASCHI

TODOS OS ANOS, o mês de outubro ganha uma nova tonalidade para lembrar uma questão que permanece entre os principais desafios da saúde pública: o câncer de mama. O Outubro Rosa surgiu como um movimento de conscientização sobre a doença e, ao longo dos anos, passou a reunir ações de informação, prevenção, diagnóstico e incentivo ao acesso aos serviços de saúde.

No Brasil, a campanha ocorre em um cenário que mostra a dimensão do problema. Segundo a estimativa mais recente do Instituto Nacional de Câncer (INCA), o país deverá registrar 78.610 novos casos de câncer de mama a cada ano entre 2026 e 2028. O número faz da doença o tipo de câncer mais incidente entre as mulheres brasileiras, quando excluídos os tumores de pele não

melanoma.

Os números ajudam a explicar por que a campanha ultrapassa a ideia de uma mobilização anual. O câncer de mama também é a principal causa de morte por câncer entre as mulheres no país. Em 2024, foram registradas 20.849 mortes pela doença, segundo dados do Atlas de Mortalidade por Câncer citados pelo INCA.

Ao mesmo tempo, os avanços no diagnóstico e no tratamento mostram que identificar a doença em fases iniciais é fundamental. É justamente nesse ponto que a informação ganha importância: conhecer o próprio corpo, reconhecer alterações e procurar atendimento diante de sinais suspeitos pode antecipar a investigação e o início do cuidado.

Movimento

A história do Outubro Rosa começou nos Estados Unidos, na década de 1990, associada a ações de conscientização e arrecadação de recursos para o combate ao câncer de mama. O laço cor-de-rosa tornou-se o principal símbolo da mobilização e passou a representar a união em torno da prevenção e do cuidado.

No Brasil, a campanha ganhou visibilidade a partir dos anos 2000 e foi incorporada a ações de instituições públicas, hospitais, organizações e empresas. Em 2018, a Lei Federal nº 13.733 estabeleceu a realização anual, durante o mês de outubro, de atividades de conscientização sobre o câncer de mama. Entre as ações previstas estão campanhas educativas, palestras e a iluminação de prédios públicos na cor rosa.

A legislação também passou a

contemplar, desde 2024, o Outubro Rosa, voltado à conscientização sobre prevenção de doenças e vacinação contra o HPV entre meninas de até 15 anos.

Apesar da força do símbolo, especialistas reforçam que a campanha não deve se resumir à cor. O objetivo principal é aproximar a população das informações que podem contribuir para a prevenção, a detecção precoce e o tratamento.

Sinais

Um dos sinais mais conhecidos da doença é o aparecimento de um nódulo na mama. Mas a presença de um caroço não significa, necessariamente, que exista um câncer. A investigação médica é necessária para determinar a causa da alteração.

O INCA aponta como sinais que merecem atenção o surgimento de nódulo endurecido ou que aumenta de tamanho, saída espontânea de líquido por um dos mamilos, alterações na pele, retração, mudança no formato do mamilo, aumento progressivo da mama e aspecto semelhante a uma “casca de laranja”. Também podem surgir nódulos na região das axilas.

Essas alterações não devem ser ignoradas nem avaliadas apenas pelo tempo. Diante de um sinal suspeito, a orientação é procurar um serviço de saúde para avaliação.

O diagnóstico pode envolver exame clínico e exames de imagem, como mamografia, ultrassonografia ou ressonância magnética, conforme cada situação. A mamografia diagnóstica pode ser solicitada pelo médico para investigar uma alteração encontrada na mama, independentemente da idade.

Mamografia e rastreamento

Uma das principais mudanças recentes nas orientações brasileiras diz respeito à faixa etária do rastreamento mamográfico.

Em setembro de 2025, o Ministério da Saúde atualizou a recomendação e passou a indicar como faixa prioritária para rastreamento mulheres de 50 a 74 anos, a cada dois anos. A orientação considera as evidências disponíveis sobre benefícios e riscos do rastreamento.

Mulheres de 40 a 49 anos e aquelas acima de 74 anos que desejarem realizar mamografia de rastreamento podem ter acesso ao exame no SUS, desde que recebam orientação de profissionais de saúde sobre os possíveis benefícios e riscos, que incluem resultados falso-positivos, exames desnecessários e sobrediagnóstico.

A diferença entre rastreamento e investigação também é importante. O rastreamento é realizado em pessoas sem sinais ou sintomas, com o objetivo de identificar alterações precocemente. Já quando existe algum sinal suspeito, o exame passa a fazer parte de uma investigação diagnóstica, que pode ocorrer em qualquer idade, conforme avaliação médica.

Prevenir como cuidado

Nem todos os casos de câncer de mama podem ser evitados. A idade, fatores genéticos e características relacionadas à história reprodutiva estão entre os elementos que podem influenciar o risco e não são, em sua maioria, modificáveis.

Existem, porém, fatores sobre os quais é possível atuar. O INCA aponta o excesso de peso corporal, a inatividade física e o consumo de bebidas alcoólicas entre os

fatores associados ao aumento do risco. A prática regular de atividade física, a manutenção de um peso adequado e uma alimentação saudável podem contribuir para a prevenção.

A atividade física, inclusive, não precisa estar necessariamente associada a uma academia. Caminhadas, bicicleta, dança, natação e outras atividades que façam parte da rotina também são consideradas formas de movimentar o corpo.

Esses hábitos não eliminam a possibilidade de desenvolver a doença, mas podem contribuir para reduzir riscos e melhorar a saúde de maneira geral.

Acesso

Falar em diagnóstico precoce também significa falar sobre acesso. Não basta que uma mulher saiba que precisa realizar determinado exame se ela não consegue chegar ao serviço de saúde, realizar a investigação ou iniciar o tratamento em tempo adequado.

Dados do próprio INCA mostram a dimensão dessa rede. Em 2024, o SUS realizou 4,4 milhões de mamografias, sendo cerca de

4 milhões de rastreamento em mulheres sem sintomas.

O número representa uma estrutura importante de prevenção e detecção, mas também evidencia a necessidade de organização contínua da rede para garantir que o caminho entre a suspeita, a confirmação e o tratamento seja percorrido sem atrasos.

O câncer de mama não se manifesta da mesma maneira em todas as pessoas. A doença apresenta diferentes tipos e comportamentos, o que faz com que o tratamento também varie conforme as características de cada caso. Por isso, a informação geral não substitui a avaliação individual feita pelos profissionais de saúde.

Além de outubro

O Outubro Rosa termina no calendário, mas os cuidados não precisam terminar com ele.

A campanha cumpre um papel importante ao colocar o câncer de mama no centro da conversa, mas a prevenção depende de atitudes que acontecem durante todo o ano. Manter hábitos saudáveis, conhecer o próprio corpo, realizar os exames indicados e procurar atendimento diante de alterações são medidas que fazem parte desse cuidado.

Em um país onde são estimados 78,6 mil novos casos de câncer de mama por ano, transformar informação em acesso e diagnóstico oportuno continua sendo um dos principais desafios.

Mais do que vestir o rosa ou iluminar prédios durante um mês, o Outubro Rosa propõe uma mudança de comportamento: olhar para a saúde antes que um problema seja ignorado e entender que informação também é uma forma de cuidado.

EM NÚMEROS

78,6Mil

É o número estimado de novos casos de câncer de mama por ano no Brasil entre 2026 e 2028

INCA

B-Girl

de Toledo conquista título de campeã paranaense

Thatyane Andressa da Silva venceu a categoria B-Girl 1x1 no Campeonato Paranaense de Breaking e reforça a presença de Toledo na cena das artes urbanas

Cascavel
JULIA MARASCHI

TOLEDO VOLTOU AO PÓDIO do breaking. A dançarina e professora Thatyane Andressa da Silva, conhecida artisticamente como B-Girl Thaty, conquistou o primeiro lugar na categoria B-Girl 1x1 do Campeonato Paranaense de Breaking, realizado em Curitiba nos dias 26 e 27 de setembro pela Federação Paranaense de Breaking.

A conquista representa mais um capítulo na trajetória da artista, que começou a praticar breaking por volta dos 13 anos, em Toledo. Na época, segundo Thaty, a modalidade ainda era predominantemente masculina na cena local, e ela esteve entre as primeiras mulheres a ocupar esse espaço. “Eu comecei a praticar o Breaking por volta dos meus 13 anos de idade aqui em Toledo, na época era um cená-

rio ainda muito masculino, e eu fui uma das primeiras mulheres a ocupar esse espaço na cena local”, conta.

Desde então, Thatyane vem construindo sua trajetória por meio de batalhas, competições e eventos realizados dentro e fora de Toledo. Atualmente, ela é apontada como a única competidora ativa da modalidade na cidade e na região.

Conquista
Para a dançarina, voltar para Toledo com o título estadual representa mais do que uma vitória em uma competição.

“Voltar para Toledo como Campeã Paraense foi uma conquista muito especial pra mim porque não representa só o resultado daquele dia, mas todo o caminho que existe por trás: anos de treino, competições, viagens, aprendizados, derrotas e conquistas”, explica.

Além de competir, Thaty também atua como professora e compartilha seus conheci-



Fotos: Divulgação/Arquivo

FRASE

“Não representa só o resultado daquele dia, mas todo o caminho que existe por trás”

THATYANE ANDRESSA
Dançarina

mentos por meio de aulas no projeto Fábrica do Hip Hop, gerido pela AH2T, associação local de hip hop que também integra a Federação Paranaense de Breaking.

Cultura urbana
O breaking é uma das manifestações da cultura hip hop e reúne dança, musicalidade, criatividade e expressão corpo-

ral. A modalidade ganhou ainda mais visibilidade ao integrar o programa olímpico nos Jogos de Paris 2024.

Em Toledo, o crescimento das artes urbanas tem sido acompanhado por diferentes eventos e projetos, criando oportunidades para artistas, agentes culturais, trabalhadores da cultura e atletas.

Para esses profissionais, a

participação em competições também representa uma forma de adquirir experiência, avaliar o nível técnico e levar novos conhecimentos de volta para a cidade.

A conquista de Thaty no Campeonato Paranaense reforça esse movimento e coloca novamente Toledo em evidência no cenário estadual do breaking.



Divulgação/Arquivo

9º Panorama das Artes Visuais ganha catálogo com registro de artistas e expansão regional

Publicação será lançada nesta terça-feira (6), no Museu de Arte de Cascavel, e reúne a trajetória do projeto e obras de artistas de Cascavel e Foz do Iguaçu

Julia Maraschi
Cascavel

•O Museu de Arte de Cascavel (MAC) recebe, nesta terça-feira (6), o lançamento oficial do catálogo do 9º Panorama das Artes Visuais. O evento, marcado para as 19h, encerra a edição do projeto e apresenta uma publicação que reúne registros da trajetória

do Panorama, dos artistas participantes e das ações realizadas entre 2017 e 2024.

Segundo o organizador do evento, Antônio Carlos Machado, a 9ª edição teve uma programação ampliada após a aprovação do projeto no edital Paraná Festivals, da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC-PR), com recursos da Política Nacio-

nal Aldir Blanc (PNAB).

A edição reuniu aproximadamente 8,1 mil visitantes e contou com a participação de 167 artistas na exposição do Panorama. O projeto também promoveu a terceira edição do Circuito de Arte pela Cidade, que envolveu 137 artistas em seis espaços alternativos, com cerca de 750 visitantes.

Expansão
Uma das novidades desta edição foi a expansão do Panorama para além de Cascavel. Pela primeira vez, o projeto realizou uma edição em Foz do Iguaçu, ampliando sua atuação e passando a alcançar um público regional.

Ao todo, o catálogo reúne

imagens de obras de 167 artistas, sendo 106 de Cascavel e 61 de Foz do Iguaçu. A publicação também apresenta os nomes dos artistas que participaram das edições do Panorama desde 2017.

Para Machado, a ampliação territorial representa uma nova etapa para o projeto. “Foi realizada a 1ª Panorama em Foz do Iguaçu, extrapolando o território do município e tornando o projeto regional”, destaca o organizador.

Formação e atividades
Além das exposições, a 9ª edição contou com ações voltadas à formação de artistas e ao contato do público com as artes visuais. Foram realizadas oito oficinas de arte, sendo quatro em Cascavel e quatro em Foz do Iguaçu.

A programação também incluiu palestras com o tema “Ver da Arte com Confiança e Lucro no Mundo Digital”, abordando possibilidades de atuação profissional para artistas no ambiente digital.

Catálogo
Para o organizador, o catálogo tem a função de preservar a memória construída pelo projeto ao longo das edições. Além das imagens das obras, a publicação reúne informações sobre a história do Panorama e os nomes dos artistas que participaram da iniciativa desde 2017.

A proposta é que o material funcione como um registro permanente de um período da produção artística local e regional. “O catálogo é o registro do momento. Ele traz ainda a história do Panorama, bem como todos os nomes dos artistas participantes desde 2017 até 2024”,

afirma Machado.

A publicação também registra a ampliação da iniciativa para Foz do Iguaçu, reforçando a proposta de aproximar artistas e públicos de diferentes municípios.

Produção cultura
Machado também destaca o papel dos investimentos públicos na retomada de projetos culturais. Segundo ele, iniciativas como o Panorama fazem parte de um momento de fortalecimento das políticas de incentivo à cultura, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc.

O organizador relaciona esse movimento à retomada de projetos que ficaram interrompidos nos últimos anos, entre eles a Mostra Cascavelense de Artes Plásticas, que volta a ser realizada em 2026.

O lançamento do catálogo do 9º Panorama das Artes Visuais será realizado no Museu de Arte de Cascavel (MAC), às 19h desta terça-feira (6). O encontro é aberto a artistas, apreciadores das artes visuais e à comunidade.

SERVIÇO

Evento:

Lançamento do catálogo do 9º Panorama das Artes Visuais
Data: 6 de outubro de 2026 (terça-feira)
Horário: 19h
Local: Museu de Arte de Cascavel (MAC)

EXPLORE TODO O POTENCIAL DA SUA EMPRESA NA TORRE BUSINESS

PMEXCON



MEIO PAVIMENTO



OFFICE ¼ DE ANDAR



OFFICE MODULAR

ISTO É SQUARE LIFE CENTER

Conheça o empreendimento completo:
squarelifecenter.com.br

Av. Toledo, 355
Centro, Cascavel/PR



Fale com seu corretor.

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Banco Master Presidente do Supremo cobra apuração integral dos fatos e respeito às competências da Polícia Federal, do Ministério Público e do Judiciário diante de informações sobre integrantes da Corte

Fachin cobra informações da PF sobre ministros no caso Master

Ofício enviado nesta sexta-feira afirma que fatos devem ser esclarecidos sem exceção de pessoa; presidente do STF condiciona os encaminhamentos ao recebimento integral das informações

REDAÇÃO
Cascavel

• O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, encaminhou nesta sexta-feira, 2 de outubro, um ofício ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, sobre informações relacionadas ao eventual envolvimento de integrantes da Corte no caso Banco Master. No documento, afirma que dará os encaminhamentos devidos quando receber um relatório, expediente ou conjunto de dados que apresente integralmente os fatos, sem exceção de pessoa.

O ofício registra que a existência dessas informações, documentos e indícios vem sendo tornada pública e ressalta o interesse institucional na apuração. A manifestação foi assinada eletronicamente às 14h24 e também confirma uma



Rosinei Coutinho/STF

audiência entre a Presidência do Supremo e a direção da PF, em data e horário acertados pelos respectivos gabinetes.

Apuração integral
Fachin defende que nenhum fato relevante fique fora da investigação e que o esclarecimento alcance todas as pessoas envolvidas. O texto vincula essa exigência ao devido pro-

cesso legal e à observância das atribuições dos órgãos responsáveis por investigar, promover a persecução penal e exercer a jurisdição.

A expressão “eventual envolvimento”, utilizada no documento, também delimita o estágio da discussão. O ofício trata da necessidade de esclarecer fatos e examinar informações, sem estabelecer que

uma conduta ilícita tenha sido comprovada ou atribuir um crime a um integrante específico da Corte.

Competências preservadas
O presidente do Supremo destaca a autonomia das instituições responsáveis pela investigação e pela persecução penal, ao mesmo tempo que ressalta as competências constitucio-

nais do STF. Para ele, a atuação coordenada entre Polícia Federal, Ministério Público e Poder Judiciário deve permitir a apuração dos fatos sem que uma instituição ultrapasse suas atribuições.

O documento apresenta a observância das regras de competência e do procedimento legal como uma garantia dos investigados e da

própria legitimidade da investigação. Fachin também afirma que a confiança pública nas instituições depende de apurações conduzidas com seriedade, transparência e respeito à ordem constitucional.

A novidade desta sexta-feira é, portanto, a formalização da posição da Presidência sobre o recebimento integral das informações e os encaminhamentos posteriores. O ofício não contém decisão de condenação, não descreve individualmente as suspeitas e não divulga o relatório da investigação.

DADOS

• **O ofício trata da necessidade de esclarecer fatos** e examinar informações, sem estabelecer que uma conduta ilícita tenha sido comprovada ou atribuir um crime a um integrante específico da Corte.

Fachin defende que nenhum fato relevante fique fora da investigação e que o esclarecimento alcance todas as pessoas envolvidas.

O ofício não contém decisão de condenação, não descreve individualmente as suspeitas e não divulga o relatório da investigação.

STF cria triagem para impedir vinculação automática de novos pedidos a ministros

Resolução assinada por Fachin exige análise da Secretaria Judiciária e decisão da Presidência antes de encaminhar determinadas petições ao relator de um processo em andamento

Redação
Cascavel

• O Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu um procedimento de triagem para determinadas petições apresentadas dentro de processos que

já tramitam na Corte. A Resolução nº 921, assinada nesta sexta-feira, 2 de outubro, pelo presidente Edson Fachin, impede que esses pedidos sejam vinculados definitivamente aos autos e encaminhados ao relator antes da validação prevista na norma.

A finalidade declarada é assegurar as regras de distribuição e o princípio do juiz natural. A resolução procura evitar distorções provocadas pela apresentação de uma pretensão nova dentro de uma ação existente, situação que pode fazer o pedido chegar a um ministro pre-

viamente definido sem passar pelo procedimento adequado de distribuição.

Quem passa pela triagem
A regra alcança petições de terceiros que não atuem no processo como parte, procurador de parte ou fiscal da ordem jurídica. Também abrange, independentemente de quem apresente o pedido, manifestações que questionem atos de órgãos ou autoridades alheios ao processo, pretendam estender uma decisão a pessoas, fatos ou atos fora do objeto da causa ou formulem pretensão contra quem

não seja parte.

Petições de amicus curiae, expressão usada para designar quem participa do processo para contribuir com a discussão, também ficam sujeitas à validação quando formularem pedido. A resolução ressalta ainda que a simples coincidência de tese jurídica não basta, por si só, para demonstrar identidade ou conexão com o objeto de uma ação existente.

O papel da Presidência
A análise será realizada pela Secretaria Judiciária, sob responsabilidade da Presidência. Quando a manifestação se limitar a requerer intervenção ou a apresentar pedido dentro do objeto já discutido, a Presidência determinará a juntada, e caberá ao relator decidir sobre a admissão.

Se a petição contiver uma pretensão autônoma, a Presidência deverá impedir sua juntada ao

processo anterior e determinar a abertura de um processo na classe adequada, com a respectiva distribuição. A norma se para essa avaliação inicial do julgamento do pedido: a triagem não decide o mérito nem substitui a análise sobre a admissibilidade da intervenção.

Exceções e vigência
Ficam fora da triagem as petições apresentadas em cumprimento de intimação ou determinação judicial e as manifestações da Procuradoria-Geral da República. Processos submetidos aos níveis de sigilo 3 e 4 também permanecem sujeitos à regulamentação específica, conforme o texto do ato. A resolução entra em vigor na data de sua publicação e alcança apenas petições protocoladas depois da vigência. Dúvidas, omissões e divergências na distribuição deverão ser levadas à Presidência, que decidirá de

forma fundamentada. O ato modifica o encaminhamento dos pedidos, sem estabelecer uma decisão sobre o conteúdo das demandas que passarão pela triagem.

DADOS

• **A norma separa essa avaliação inicial do julgamento do pedido**: a triagem não decide o mérito nem substitui a análise sobre a admissibilidade da intervenção.

A resolução entra em vigor na data de sua publicação e alcança apenas petições protocoladas depois da vigência.

Dúvidas, omissões e divergências na distribuição deverão ser levadas à Presidência, que decidirá de forma fundamentada

Buser terá de indenizar pais barrados por passagem para bebê de colo

TJSP fixa R\$ 8 mil por danos morais e determina ressarcimento de despesas com carro emprestado; cobrança para criança de um mês e vinte dias foi considerada abusiva no caso julgado

Redação
Cascavel

• A Buser Brasil Tecnologia Ltda. foi condenada a indenizar um casal impedido de embarcar em um ônibus com o filho de um mês e vinte dias sem comprar uma passagem adicional para a criança. A 17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) fixou R\$ 4 mil por danos morais para cada um dos pais, totalizando R\$ 8 mil, e determinou a reparação dos prejuízos materiais.

A decisão foi unânime e re-

formou uma sentença que havia rejeitado os pedidos da família. O acórdão é de 22 de setembro e o caso foi divulgado nesta sexta-feira, 2 de outubro. O relator, desembargador Eduardo Velho, concluiu que a exigência de outra passagem para o recém-nascido, que viajaria no colo e não ocuparia assento, representou abuso e falha na prestação do serviço.

Viagem interrompida
Segundo os autos, o casal comprou duas passagens para retornar de Sorocaba à cidade de origem. No momento do embarque, o motorista informou que seria necessária uma terceira passagem para o bebê, exigência que foi confirmada por um representante da empresa procurado pelos pais para resolver o problema.

Sem conseguir embarcar nas condições contratadas, a famí-



Divulgação/Buser

lia utilizou um carro emprestado para fazer a viagem. Na ação judicial, os pais pediram ressarcimento dos gastos com combustível e pedágio, além de indenização pelo constrangimento vivido com o recém-nascido.

A sentença de primeira ins-

tância havia considerado correta a exigência de um dispositivo de retenção adequado à idade da criança. Por entender que o bebê-conforto ocuparia uma poltrona, admitiu a cobrança de outra passagem. O tribunal reformou essa interpretação ao examinar as normas aplicáveis

ao transporte coletivo.

As regras do caso
O acórdão aplicou o Decreto Estadual nº 29.913/1989, de São Paulo, que assegura o transporte sem pagamento de passagem para crianças de até cinco anos quando elas não ocupam assento. A decisão também considerou a Resolução nº 819/2021 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), cuja exigência de sis-

NÚMERO

04

O colegiado fixou R\$ 4 mil por pessoa, considerando a proporcionalidade da reparação e as circunstâncias do episódio

tema de retenção infantil não se aplica aos veículos de transporte coletivo de passageiros.

Reparação dos prejuízos
As despesas com combustível e pedágio deverão ser ressarcidas, mas com abatimento dos valores corrigidos das passagens não utilizadas. O tribunal explicou que essa dedução evita que a reparação resulte em uma viagem sem qualquer despesa para os consumidores, excedendo o prejuízo efetivamente sofrido.

Quanto aos danos morais, os pais haviam solicitado R\$ 7 mil para cada um. O colegiado fixou R\$ 4 mil por pessoa, considerando a proporcionalidade da reparação e as circunstâncias do episódio. Para o relator, a dificuldade de resolver o impasse durante o embarque, com uma criança de tão pouca idade, ultrapassou um mero aborrecimento.